

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2025-11-05

Deposited version:

Publisher Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Raimundo, F. (2023). Novos atores políticos, velhas lutas simbólicas. In Marcelo Camerlo, David Pimenta, João Gabriel de Lima, Lúcio Hanenberg (Ed.), *Democracia em Portugal 2022: Caderno do observatório da qualidade da democracia*. (pp. 105-1111). Lisboa: ICS.

Further information on publisher's website:

<https://www.ics.ulisboa.pt/livros/democracia-em-portugal-2022>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Raimundo, F. (2023). Novos atores políticos, velhas lutas simbólicas. In Marcelo Camerlo, David Pimenta, João Gabriel de Lima, Lúcio Hanenberg (Ed.), *Democracia em Portugal 2022: Caderno do observatório da qualidade da democracia*. (pp. 105-1111). Lisboa: ICS.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

CAPÍTULO 7

Novos atores políticos, velhas lutas simbólicas

Nos anos de 2021 e 2022, consolidaram-se no debate político nacional novos atores políticos no espectro da direita que têm procurado definir a sua posição face a velhas batalhas ideológicas. A memória coletiva é um dos planos em que essa conquista de terreno simbólico se tem feito. O balanço dos últimos dois anos é que a entrada destes novos atores políticos, apesar de representar o preenchimento de espaços ideológicos até então vazios, como seja o campo liberal e o campo da direita radical, não se traduziu em novas visões da história recente do país, apenas numa maior visibilidade de uma narrativa já existente. Por outras palavras, os novos partidos, Iniciativa Liberal (IL) e Chega (CH), têm abraçado a velha batalha dos partidos políticos portugueses, centrada acima de tudo na memória do pós-25 de Abril, reproduzindo e reafirmando aquela que foi sendo a narrativa dos partidos tradicionais de direita, PSD e CDS.

No campo da direita radical, por exemplo, poderíamos esperar uma outra narrativa sobre o período pré-25 de Abril, mas tal não tem sucedido, pelo menos no que toca ao líder e inquestionável figura central do partido, André Ventura. Durante a campanha presidencial de 2021, um jornal de grande circulação nacional apresentou um

conjunto de perguntas a todos os candidatos. Aos sete candidatos presidenciais, foi perguntado: «Se for eleito, vai comemorar o 25 de Abril no Parlamento? Como?» Ao responder à pergunta do jornal, todos os candidatos presidenciais, da esquerda radical à direita radical, manifestaram intenção de preservar as comemorações anuais. Desde 1977, essas comemorações incluem uma cerimónia oficial com ampla cobertura mediática realizada na Assembleia da República durante a qual o presidente e representantes dos partidos com assento parlamentar discursam perante o plenário. O candidato André Ventura afirmou: «Pretendo comemorá-lo como tem sido feito. É uma data que deve ser assinalada, que marca o início da transição de Portugal para um regime democrático». E acrescentou: «Mas o 25 de Novembro também deve ser celebrado (...) porque impediu que fôssemos uma ditadura de extrema-esquerda ao estilo soviético».¹

Enquanto o dia 25 de Abril é uma data bastante consensual em Portugal, o dia 25 de Novembro não o é. Este último é interpretado pelos partidos políticos mais à esquerda como um golpe destinado a interromper a Revolução, enquanto os partidos mais à direita o consideram um marco importante no caminho do país para a democracia liberal, visão também partilhada pelo PS. Estas têm sido as duas visões que durante muitos anos dominaram a cena política nacional, e isso não mudou com a entrada de novos partidos.

Durante vários anos, o CDS, por vezes em conjunto com o PSD, procurou apresentar na Assembleia da República propostas de celebração oficial do 25 de Novembro e votos de congratulação pela efeméride. Na sequência das eleições de janeiro de 2022, com a saída do CDS após 46 anos consecutivos no parlamento, essa data foi assinalada no parlamento acima de tudo pelo Chega, que apresentou um projeto de lei «pela consagração do dia 25 de novembro como feriado nacional obrigatório» e um projeto de resolução «pela instauração

¹ Em novembro de 1975, uma ação ilegal levada a cabo por alguns para-quedistas foi entendida como uma tentativa de golpe da extrema-esquerda, permitindo que os militares pró-governo e os aliados anticomunistas aproveitassem a oportunidade e recuperassem o controlo político do país. A derrota da extrema-esquerda em 1975 contribuiu para diminuir a incerteza quanto ao desfecho do processo de democratização, colocando o país no caminho da consolidação democrática (Rezola 2006; Lobo et al. 2016; Pinto 2006; Raimundo 2015). <https://www.publico.pt/presidenciais-2021/sete-temas-sete-candidatos> (acesso a 23 de Janeiro de 2021).

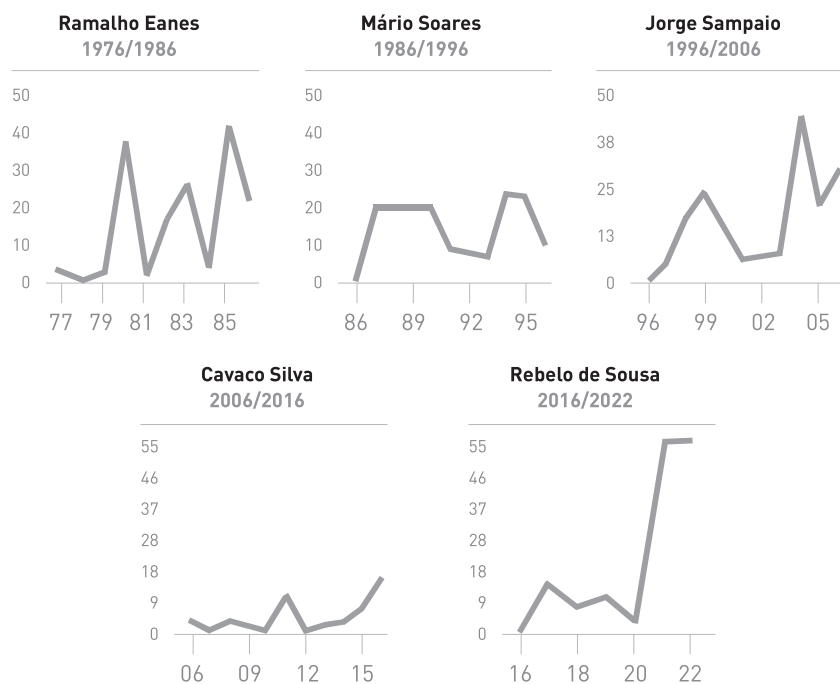
da celebração solene do 25 de novembro». Já no ano anterior, tanto o CDS como o Chega, haviam apresentado propostas desta natureza. E em todas elas a direita esteve unida (PSD, CDS, IL, Chega), votando sempre a favor de todas as propostas. Essa unidade não se verifica à esquerda. O que a análise de votações semelhantes mostra é que o PS nem sempre está alinhado com os restantes partidos de esquerda, optando ora por se posicionar isoladamente, ora colocando-se do lado dos partidos de direita. Tal sucedeu, por exemplo, em 2017, quando o CDS apresentou a 25 de novembro uma proposta que, estrategicamente, não falava especificamente daquela data, aludindo antes à «consolidação de Portugal como um país democrático e plural, inserido nos grandes espaços de afirmação internacional – o europeu, o atlântico e o lusófono – cumprindo o respeito pelas regras democráticas que o 25 de Abril permitira criar». Apesar desta proposta ter sido apresentada durante os anos da «geringonça», ou talvez por isso, o PS votou ao lado da direita, deixando os seus parceiros parlamentares isolados.

Uma das propostas rejeitadas em 2021 pelos partidos da esquerda, incluindo o PS, foi uma proposta do CDS, que recomendava ao governo que propusesse ao presidente «a atribuição da Ordem da Liberdade às personalidades que contribuíram decisivamente para o triunfo da democracia e da liberdade a 25 de novembro de 1975». Apesar de ter sido rejeita, a ideia parece ser partilhada pelo presidente Marcelo Rebelo de Sousa, que, em 2022, decidiu condecorar a 25 de novembro o general Pires Veloso, assim como a Associação de Comandos, numa cerimónia em Belém que foi divulgada como representando uma «celebração simbólica do 25 de novembro». É certo que esta condecoração não constituiu uma viragem na visão do presidente sobre a data, mas representou sem dúvida uma intenção de marcar a sua posição sobre esta batalha simbólica, em relação à qual a direita nunca teve dúvidas.

Mas dizer que Marcelo Rebelo de Sousa tem deixado uma marca de direita na sua presidência, em particular na forma como usa a Ordem da Liberdade, não corresponderia à verdade, muito pelo contrário. Como mostram os gráficos abaixo, os três primeiros presidentes, dois deles marcadamente de esquerda, exerceram regularmente o seu papel de grão-mestres da Ordem da Liberdade, atribuindo diversas condecorações a individualidades nacionais e estrangeiras ao longo

dos seus mandatos. Cavaco Silva, o primeiro presidente da República marcadamente de direita, foi o primeiro a quebrar com aquela tradição e a reduzir ao mínimo o número de condecorados, assim como a alterar o significado da Ordem, ao homenagear individualidades com um perfil marcadamente distinto daqueles que vinham sendo agraciados pelos seus antecessores. Se é verdade que Marcelo Rebelo de Sousa iniciou o seu primeiro mandato em 2016 sem quebrar de forma ostensiva com a abordagem de Cavaco Silva, essa continuidade durou pouco tempo. No final de 2022, e ainda com três anos de mandato pela frente, Marcelo Rebelo de Sousa praticamente havia igualado o recorde do número de homenageados por presidentes que pertenciam ao presidente Jorge Sampaio, com 167 condecorações atribuídas em dois mandatos.

Gráficos 7.1 a 7.5. | Número de condecorados com a Ordem da Liberdade, por ano e por presidente.



Fonte: Elaboração própria a partir de www.presidencia.pt

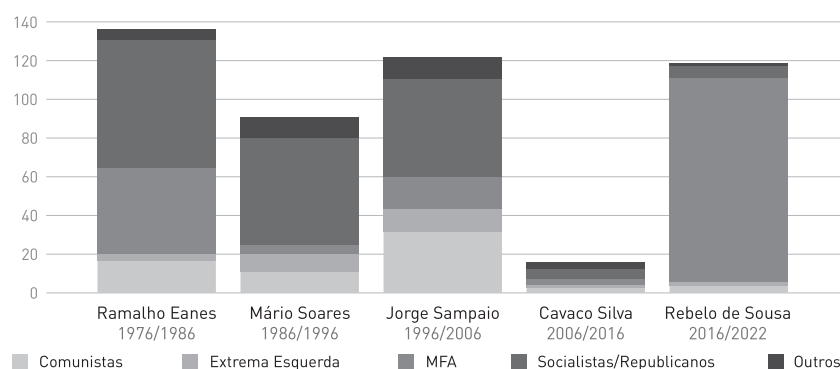
Nota: O último/primeiro ano de cada presidente no cargo repetem-se, estando representados em cada gráfico apenas o número de condecorados relativos a esse presidente.

É em 2021 e 2022 que ocorre uma viragem muito clara no comportamento do atual presidente da República, que assume como objetivo da sua presidência a condecoração de todos os oficiais identificados pela Associação 25 de Abril como «militares de Abril».

Esta decisão parece sugerir que o atual presidente não quer ficar para a história como um presidente de direita. No início do seu primeiro mandato, Marcelo Rebelo de Sousa afirmou ter como objetivo ser o presidente de todos os portugueses. Do ponto de vista do exercício dos poderes presidenciais, isso traduziu-se numa situação de coabitação pouco comum, em que a crispação e as tensões entre um presidente e um primeiro ministro de cores políticas diferentes foram menos intensas do que vinha sendo habitual. E essa atitude aparece expressa também na forma como o presidente tem usado o papel de grão-mestre desta ordem.

O gráfico 7.6 ilustra isso mesmo. Marcelo Rebelo de Sousa é hoje o presidente que mais militares de Abril condecorou. Uma outra leitura que poderá ser feita é a de que o presidente quer deixar a marca de uma certa direita, uma direita que valoriza os valores de Abril e que, juntamente com o centro-esquerda, defendeu a democracia liberal, celebrando para isso o 25 de Novembro de 1975. Mas, como vimos anteriormente, também não se pode dizer que os novos partidos de direita tenham até agora trazido consigo uma nova narrativa sobre estes eventos históricos e sobre a memória coletiva.

Gráfico 7.6. | Distribuição dos condecorados portugueses com a Ordem da Liberdade, por presidente, em função do seu perfil antes do 25 de Abril



Fonte: Elaboração própria

Nota: Categorização feita com base em dados biográficos dos condecorados, 1977-2022.

A verdade é que o perfil maioritário até à sua presidência não era indiferente ao percurso político dos dois presidentes de esquerda que mais condecorações atribuíram. Até 2021, quando Marcelo Rebelo de Sousa iniciou a condecoração em massa dos militares de Abril, um terço dos condecorados com a Ordem da Liberdade enquadrava-se num perfil que podemos definir como «socialista» (considerando apenas o perfil de militância e atividades política pré-25 de Abril). Era esse o perfil maioritário, e não o dos militares de Abril. Entre aqueles condecorados, um terço é identificável com os fundadores do Partido Socialista, mas também com exilados e membros dos movimentos de oposição à guerra colonial e da esquerda socialista dos anos 60, cujas memórias vêm sendo recentemente reabilitadas. São também representantes dos movimentos estudantis, que se iniciaram no final dos anos 1940, assim como alguns protagonistas das crises estudantis de 1962 e de 1969, onde o ex-PR Jorge Sampaio se destacou. Este padrão mostra-nos claramente como os dois presidentes que até hoje mais tinham feito uso da Ordem da Liberdade, Mário Soares e Jorge Sampaio, procuraram homenagear os seus e deixar uma marca socialista na recuperação da memória da oposição ao Estado Novo.

O PCP, que é visto como o principal detentor da memória da repressão, assumia o terceiro lugar entre o perfil mais comum entre os condecorados (mais uma vez, falamos do período a que remontam os atos que justificam a condecoração). Se é verdade que, na fase inicial do Estado Novo, o estatuto de principal alvo da repressão foi disputado com os anarcosindicalistas, o nível de repressão sobre estes últimos foi tal que levou à sua extinção logo nos anos 1930s, permitindo ao PCP disputar sozinho essa herança daí em diante. Mas uma coisa é a história da oposição e resistência e outra é a reconstrução dessa memória através da Ordem da Liberdade e dos usos políticos que os presidentes poderão querer fazer dela. Mário Soares, por exemplo, poderia querer homenagear comunistas (não obstante a sua relação complexa com o partido), já que teve o seu apoio na segunda volta nas eleições que lhe deram a vitória, em 1986. No entanto, Soares não condecorou mais comunistas do que Eanes, nem o fez mais no primeiro mandato.

Em 2021 e 2022 cresceu o número de atores políticos que defendem, de uma ou outra forma, a celebração do 25 de Novembro de 1975. Isso traduziu-se fundamentalmente numa maior visibilidade

dessa narrativa, e não tanto numa mudança substantiva no debate nacional sobre a memória coletiva. Nenhum dos novos partidos questiona as comemorações do 25 de Abril, nem apresenta uma visão marcadamente nova ou distinta sobre o Estado Novo. Num período ainda marcado pela maioria absoluta do PS, não é possível saber se esse reforço à direita se traduzirá numa mudança oficial face à data do 25 de Novembro. As próximas eleições legislativas poderão trazer novidades nessa matéria.